

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.584 - MG (2019/0120008-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : RICARDO EUGENIO DA CRUZ VITORINO**  
**ADVOGADOS : RICARDO EUGÊNIO DA CRUZ VITORINO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - MG102689**  
**THARINE SHANNON RODRIGUES - MG127618**  
**AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : BRUNO BALASSIANO GAZ E OUTRO(S) - MG141901**

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. MALFERIMENTO DO ART. 240 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF.

1. A matéria referente ao art. 240, *caput*, do CPC/1973 não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

2. "A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a omissão quanto a tópico relevante para a solução da controvérsia, suscitado em momento oportuno, torna intransponível o óbice para o conhecimento do tema na via estrita do especial, visto que, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a ausência de prequestionamento da tese inviabiliza a análise desta Corte" (AgInt no REsp 1.718.459/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/6/2019, DJe 18/6/2019).

3. Em recurso especial, não se analisa suposta afronta a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

